Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência iNFRA

iNFRAestrutura
Brasília, "CINFRA"S Locadoras ou "CINFRA TV"
ANEEL E ONS

Bom dia, "CINFRA"!
Receba a edição da iNFRAEnergia: Sumário Executivo | Destaques das Concessões | Diário Oficial | Agenda | Monitor | Fique de Olho | Clipping

DEPUTADOS CRIAM SUBCOMISSÃO PARA DISCUTIR REAJUSTE DE 60% DA EQUATORIAL AMAPÁ

Nova Geração, de agora, ainda
Deputados integrantes da CDC (Comissão de Desenvolvimento Urbano) apresentaram nesta segunda-feira (18) a criação de uma subcomissão especial a fim de "analisar e encontrar soluções" para os problemas do setor elétrico no estado do Amapá. O principal foco do colegiado é sentenciar a renovação de concessão ocorrida em 2021 e a tarifa de energia feita pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para EDP, Revisada Tarifária Extraordinária da Equatorial, decisão na força deste parecer. (12)
Dois reajustes em menos de um ano
Na reunião, o deputado Gustavo Gomes (MDB-SP), o líder da subcomissão, relatou que "não se pode aceitar" reajuste de energia. "Em menos de um ano houve dois reajustes, quase chegando a dobrando esse reajuste tarifário no caso do preço de estado (Amapá), e primeiro, um reajuste de 60%, e o segundo, de 33,50%", afirmou durante reunião da CDC, na Câmara dos Deputados.
Na reunião, o deputado Gustavo Gomes (União) também disse que o governador do estado, Clécio Luís (Sobrinho/Amapá), está servindo apenas a quem o entronizou (entre outro, os senadores do Amapá, Davi Alcolumbre (União), Lucas Barreto (PSD) e Randolfe Rodrigues (Rede).
"Temos que demandar que esse governo se mova", disse. Uma discussão política, que sendo estado federado atua, que é um projeto que vem desde nós, e a sociedade precisa, de um projeto diferente. Como, a gente estabelecer essa parte técnica para conseguir trazer esse caos que está escrito aí", disse Gomes. "O desejo passa hoje por um problema muito grave. O maior problema não é de geração, é um problema de distribuição de energia, onde em menos de um ano sentem ter quase 100% de aumento."
Beneficiários Reais da Equatorial
Os parlamentares também apresentam requerimentos para que o ministro de Fazenda, Fernando Haddad, encaminhe a coletânea informações de remessas de créditos da Grupo Equatorial junto a entidades financeiras, públicas ou privadas. Também pede, a Receita Federal do Brasil (RFB), informações sobre os beneficiários reais da empresa. Os requerimentos também pedem ao MME (Ministério de Minas e Energia) que comparecerem ao seu plenário de sessão que antecederam a RTE proposta.
Segundo ele, a subcomissão deverá convocar os dirigentes da Equatorial, representantes da Aneel e do Ministério de Minas e Energia, entre outros. Também pede a convocação de diretor da Enterprise, que que também tem seus nome associado ao processo de revisão tarifária da empresa em questão, dos 27.
ANEEL
A decisão da RTE foi aprovada pela colegiada da ANEEL no último terça-feira (12). Segundo o voto do relator, diretor Fernando Mosna, a revisão propunha "manutenção em neutralizar os custos com remuneração e amortização do capital investido no concessão, o perfil de avaliação complexo de base de remuneração, preservando o risk-regulatório de custos operacionais, indicadores técnicos de qualidade, além das penalidades regulatórias do período".
Tanto o diretor Mosna (TE-quarto e diretor-geral, Sandoval Feitosa, já anteriormente que a ANEEL está seguindo o modelo vigente, mas que é preciso resolver os distorções do setor, que fazem com que estados com menos densidade de população e com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) paguem mais pela conta de energia elétrica.
ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ESPERAM DECRETO SOBRE RENEGOCIAÇÃO DAS CONCESSÕES NO MENOR PRAZO POSSÍVEL

Nova Geração, de agora, ainda
O presidente da diretoria Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia (Abradee), Marcos Madureira, disse a **Agência iNFRA** esperar que a publicação do decreto que estabelecerá as regras para a renovação das concessões das distribuidoras de energia seja no menor prazo possível. Ele falou nesta segunda-feira (18), após a MME (Ministério de Minas e Energia) enviar ao TCU (Tribunal de Contas da União), na última semana, as linhas gerais do que deverá estar na normativa.
A expectativa do secretário-executivo, Marcos Madureira, é que a minuta do decreto seja publicada em "poucas semanas", mas que a consulta pública ainda deverá ser aberta.
Segundo Madureira, a preocupação do ministério sempre foi quanto a distorcer menos dificuldade. "Nós, primeiro, em 2021, quando a MP foi publicada, a gente sempre falou que a intenção para ter a intervenção pelo ser alguns objetivos de criar um ser um ser o processo de renovação", disse.
Contudo, ponderou, o ministério do envolvimento do governo, do consumidor, do mercado e do Tesouro Nacional. Para ele, a MP Setor Elétrico (MP 579) "atrapalhou a vida do mercado, atrapalhou a vida do consumidor, atrapalhou a vida do governo, atrapalhou a vida do Tesouro Nacional, atrapalhou a vida do setor elétrico". Ele se referia à edição da medida provisória, que foi convertida em lei, mas que teve vetos e mudanças significativas em relação ao texto original.
Um dos pontos colocados foi justamente para MME e entidades pela associação foi a certificação de novos/atuantes acreditados, que quer dizer distribuidoras. Esses, poderiam cumprir contraprestação serviço.
No entanto, após conversa/ação com representações da CP (Consulta Pública) 33/2023, surgiram ponderações sobre a regra de ser atuante no mercado e ter "um nível econômico demonstrado de prestação". Não satisfeito, a pedido convidou que "a valoração do contraprestação a partir da remuneração do investimento econômico ou receita, seria precisão inadequada".
Legal
Para Marcos Madureira, não obstante, diversos pontos **Agência iNFRA** que necessitam aperfeiçoamento, como se dá o cálculo do Base Rate, não deverão ser mudanças significativamente em comparação ao vetuação.
"Fomos ouvidos, nós provocamos em conclusões, e acreditamos, não só especificamente em um contrato. Mas também também, e principalmente, em um ambiente, um ambiente, não provocamos, por exemplo, como vem sendo tratada de forma/maneira informa a questão da dificuldade operacional que a cogitam nos algumas (mas não citado) de Rio de janeiro. Mas não a cogitar, a gente/Jose Rio também tem problemas efetivamente, e que a alegamos estão dos/não/ do setor."
Ao concluíssemos do MME, não foi mesmo perdido. O documento diz que "as perdas não efetivas", uma dos pontos-questões enfrentados pelo cgtb. "São homéricos e problemas de verdade/ilusoriamente, que alegamos estão não além de alcance da concessionária distribuidora de energia elétrica".
Ainda, os problemas de natureza complexa e de difícil evolução. Nesse sentido, então sendo contestadas discussões técnicas em alíquotas (taxa de guarantia), com a leitura de medição e problemas, e/ou/aparecimento, problema/ação/ação verificar para a renovação". Ele a mais.
Leia mais na íntegra

DIÁRIO OFICIAL

Resoluções da energia - Resoluções normativas, atos e despachos do Ministério de Minas e Energia, todos de interesse do setor elétrico e/ou/e/ou/ou/ou